



# Newsletter

## N.º 18 - Fevereiro 2015

### Sumário

- 1 Nota de Abertura
- 2 Alargamento das Responsabilidades Parentais
- 5 Jurisprudência Nacional Relevante
- 7 Principais Alterações Legislativas

### Nota de Abertura

Caros Clientes e Amigos,

Numa quinzena marcada por uma produção legislativa pouco “apelativa”, ou seja, sem diplomas legais de especial alcance ou relevância, o mesmo se passando, nalguma media no que respeita à jurisprudência publicada, trazemos ao V/ conhecimento, no nosso artigo de fundo, um tema assaz actual e pertinente – o Alargamento das Responsabilidades Parentais – para o qual desde já chamo a V/ atenção.

*José Pina*



## Alargamento das Responsabilidades Parentais

A Assembleia da República discutiu, no passado dia 25 de fevereiro, os projetos de lei apresentados pelos partidos PSD/CDS-PP e, ainda, pelo PS, com vista ao alargamento do exercício das responsabilidades parentais ao cônjuge ou ao unido de facto de qualquer um dos progenitores, no caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte do outro progenitor.

Nos termos do regime atualmente em vigor, consagrado nos artigos 1903.º e 1904.º do Código Civil, o exercício das responsabilidades parentais emerge da relação de filiação, pelo que, no caso de se verificar o impedimento de um dos progenitores, esse exercício caberá unicamente ao outro progenitor ou, no impedimento deste, a um membro da família de qualquer deles.

De acordo com os dois projetos de lei apresentados, caso um dos progenitores esteja impedido de exercer as suas responsabilidades parentais, o outro progenitor poderá partilhá-las com uma terceira pessoa que já acompanhe, na prática, o crescimento e o desenvolvimento do menor - o seu cônjuge ou quem com ele viva em união de facto.

As exposições de motivos e as novas redações da lei propostas são próximas no essencial - ambos os projetos de lei invocam o superior interesse da criança para reforçar a proteção dos menores em caso de ausência, incapacidade, impedimento ou morte de um dos progenitores.

**De acordo com os dois projetos de lei apresentados, caso um dos progenitores esteja impedido de exercer as suas responsabilidades parentais, o outro progenitor poderá partilhá-las com uma terceira pessoa que já acompanhe, na prática, o crescimento e o desenvolvimento do menor - o seu cônjuge ou quem com ele viva em união de facto.**

Conforme se defende na exposição de motivos do projeto de lei apresentado pelo PS, atendendo à sua condição específica, *“o cônjuge ou o companheiro do outro progenitor surge como figura de referência para o menor, com quem, aliás, em regra, já co-habita e desenvolveu profundos laços de afetividade.”* No mesmo sentido, se pronuncia o projeto de lei da maioria parlamentar, ao justificar que são *“estas as pessoas que, mercê da sua condição específica, constroem vínculos afetivos mais fortes e duradouros e relações de maior proximidade e estabilidade com o menor.”*

A iniciativa legislativa acima referida é, a nosso ver, de aplaudir. Com efeito, a mesma responde a situações de facto em que a criança conviveu ao longo de anos, de forma próxima e regular, com o cônjuge ou companheiro do seu progenitor, sendo certo que a realidade das famílias não é imutável, inexistindo um modelo único de família.

Em nosso entender, o novo regime que alargará as responsabilidades parentais nos termos acima expostos será aplicado pelos nossos Tribunais, no futuro, aos membros de uniões homossexuais e aos filhos do respetivo parceiro.

Salienta-se, por último, que aplicando-se o novo regime apenas aos casos de verdadeiro impedimento, não abrangendo já os casos em que o impedimento de um dos pais não seja total, ficará por determinar se, no caso de divórcio, sendo a ausência de um dos progenitores apenas temporária ou transitória, por não se encontrar em lugar remoto ou não sabido nos termos da lei, o respetivo cônjuge ou companheiro, bem como outros familiares do menor, mormente os respetivos avós, manterão apenas um direito de visita, enquanto a ausência do progenitor persistir.

A votação dos diplomas da maioria parlamentar e do PS está marcada para hoje, dia 27 de fevereiro.



Paula Cancela

[paulacancela@cammp.pt](mailto:paulacancela@cammp.pt)





## - CIVIL -

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10 fevereiro de 2015](#)

#### **Benfeitorias necessárias – Benfeitorias úteis – Crédito**

Nas benfeitorias necessárias – que são as que se dirigem à conservação da coisa benfeitorizada, isto é, a obviar à sua perda, destruição ou deterioração – o possuidor tem o direito a ser indemnizado, o que no caso, na medida em que o valor das benfeitorias não pode exceder o valor do benefício ao tempo da entrega da coisa, não significa o mesmo que reembolso nominal (atualizado) do seu custo.

Nas benfeitorias úteis – que são as que, apesar de dispensáveis, aumentam o valor objetivo da coisa – o possuidor é admitido a levantá-las se o puder fazer sem detrimento da coisa principal; e, quando não haja lugar a tal levantamento, deve ser satisfeito segundo as regras do enriquecimento sem causa, o que significa que o despendido funciona apenas como limite máximo, tendo, porém, o proprietário que pagar tão só (dentro de tal limite máximo) o valor que as benfeitorias aportam para a coisa.

Significa tudo isto, para ser processualmente reconhecido um crédito por benfeitorias, que têm que estar reunidos (alegados e provados) elementos factuais que permitam classificá-las como necessárias ou úteis; que permitam estabelecer o custo de

cada uma delas, o valor que cada uma das despesas acrescentou à coisa e a medida do seu benefício no momento atual (data da entrega). Tendo o possuidor o gozo da coisa, cabe-lhe, como é natural, a faculdade de nela fazer benfeitorias, de que, porém, se e enquanto continuar no gozo da coisa, é o primeiro a colher/gozar as respetivas vantagens e utilidades; pelo que, mantendo-se a coisa sobre o seu domínio anos a fio, o direito não poderia consagrar como solução a obrigação do titular/proprietário reembolsar todos os gastos feitos com benfeitorias, ainda que feitos há 15 ou 20 anos e ainda que, entretanto, com o passar/erosão/desgaste dos anos e da utilização/gozo por parte do possuidor, tenham perdido todo ou parte do seu valor.

### [Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 11 de fevereiro de 2015](#)

#### **Registo de aquisição – Aquisição provisória – Contrato-Promessa**

Ao contrato-promessa de compra e venda aplicam-se as mesmas regras do contrato prometido, sendo que só o incumprimento definitivo da prestação faculta ao contraente fiel a resolução do contrato (arts. 798.º e 801.º, n.º 2, ambos do CC), i.e., o poder de, unilateralmente, extinguir um contrato válido na sequência de circunstâncias posteriores à sua conclusão cuja ocorrência frustra o interesse contratual ou geram desequilíbrios na relação de equivalência económica entre as prestações.

O exercício do direito à resolução depende de uma ponderação de interesses, exigindo-se uma

adequação entre a eficácia extintiva da figura e os seus pressupostos e limites que a conformam, mormente a gravidade do comportamento (apreciada pela intensidade da culpa, pela amplitude e pelas consequências ou reiteração da violação, avaliando-se igualmente a natureza do dever violado e a forma como tal se manifesta) que o espolia, o que permite submeter a resolução ao controlo axiológico da boa fé (assim se arredando os incumprimentos pouco prejudiciais ou a mera conveniência pessoal do credor), sendo ponto assente que o uso daquele direito supõe imprescindivelmente a existência de uma razão substancialmente idónea e inconsútil para que a relação não possa prosseguir ou, pelo menos, manter-se nos termos em que tinha sido consolidada por vontade liberta das partes. O registo provisório de aquisição de uma fração autónoma, antes de titulado o negócio, pode ser feito, nos termos do art. 47.º, n.ºs 1 e 3, do CRGP, com base em declaração do proprietário inscrito ou titular do direito ou com base em contrato promessa de compra e venda e constitui uma reserva de prioridade (cfr. art. 6.º, n.º 3, do mesmo diploma) condicionada à futura realização do contrato produtor de efeitos reais (vg., o contrato de compra e venda), sendo o correspondente efeito registral (a conversão em definitivo), a par da caducidade daquele ou do seu cancelamento, um dos meios de remover a provisoriedade. Dado que o registo mencionado

apenas tem como efeito, aquando da sua conversão em definitivo, a preservação da prioridade que aquele tinha enquanto provisório, nada impede que, enquanto perdurar a provisoriedade, se proceda à alienação da fração autónoma a ele sujeita.

O registo da ação de execução específica do contrato-promessa de compra e venda dos autos (que era desprovido de eficácia real) conferiria aos recorrentes prioridade e oponibilidade perante o registo provisório de que terceiros eram beneficiários, ao passo que o registo definitivo da aquisição (sendo de notar que a recorrente foi, mediante processo de fixação judicial do prazo, cominada a comparecer em oficina pública para celebrar o contrato definitivo e interpelada, por diversas vezes, para marcar a data para esse efeito) importaria a caducidade (por incompatibilidade funcional e técnica com registo posterior) daqueloutro registo, sendo, pois, de concluir que a impossibilidade de cumprir o contrato-promessa de compra e venda apenas se verifica a partir do momento em que a dita fração foi vendida aos beneficiários deste último registo. Tendo os promitentes-compradores comunicado uma morada no contrato promessa de compra e venda e não tendo – como exigiria o princípio da boa fé contratual e posto que a obrigação de contratar no futuro por ele gerada implica que as partes mantenham entre si uma relação comunicacional regular, o que supõe que as moradas de ambas se mantenham atualizadas – comunicado à contraparte qualquer mudança de residência de um deles, deve

ter-se como eficaz, segundo a teoria da receção, a interpelação admonitória expedida pela contraparte para essa morada e recebida por um deles.

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, de 12 de fevereiro de 2015](#)

#### **Contrato-promessa – Incumprimento**

Se as partes estabelecem, num contrato, um determinado prazo para a sua execução, acrescido de um período moratório (de um mês), entende-se que o decurso dos prazos tem por consequência tanto o incumprimento definitivo como a presunção absoluta do desinteresse do credor na prestação. Findos os referidos prazos é legítima a resolução do contrato pelo contraente cumpridor.

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 13 de fevereiro de 2015](#)

#### **Cláusula penal – Redução – Excesso**

Tradicionalmente, a cláusula penal reveste duas modalidades: compensatória, quando ela é estipulada para o não cumprimento; moratória, se estipulada para o atraso no cumprimento. Em função da finalidade prosseguida pelos contraentes com a sua fixação, ela pode classificar-se em cláusula de fixação prévia do dano ou de fixação antecipada da indemnização e em cláusula penal puramente compulsória. Apesar do reconhecimento às partes de poderes autónomos na fixação da cláusula penal (artºs 405º/1 e 810º/1 do C. Civil), o

nosso ordenamento jurídico não deixou de ser sensível e de ponderar a possibilidade de serem cometidos abusos nessa fixação.

Nos termos do artº 812º do C. Civil é possível; a) a redução da cláusula penal; b) a efetuar pelo tribunal e de acordo com a equidade; c) quando se mostre que ela é manifestamente excessiva, mesmo que por causas supervenientes, ou a obrigação tiver sido parcialmente cumprida.

## **- LABORAL -**

### [Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 6 de fevereiro de 2015](#)

#### **Meios de vigilância à distância**

O artº 20º, nº 1 do Código do Trabalho proíbe a utilização de meios de vigilância à distância para controlar de forma dedicada e permanente o desempenho profissional do trabalhador. Contudo, a utilização desses meios de vigilância no local de trabalho é, no entanto, lícita se cumprir os requisitos de fim e publicidade previstos nos nºs 2 e 3 do mesmo artº 20º e for obtida a autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados. Estando em causa uma das finalidades legalmente previstas no nº 2 desse artigo, concretamente a proteção e segurança de pessoas e bens, as atuações ilícitas do trabalhador lesivas de pessoas e bens podem ser lícitamente verificadas, tanto quanto o podem ser idênticas condutas de terceiros, como uma

consequência fortuita ou incidental da utilização dos meios de vigilância à distância, podendo os dados obtidos servir de meio de prova em procedimento disciplinar e no controlo jurisdicional da licitude da decisão disciplinar.

## **- COMERCIAL -**

### **Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra, de 10 de fevereiro de 2015**

#### **Livrança em branco – Acordo de preenchimento**

Não é juridicamente compreensível a emissão (subscrição e entrega) voluntária duma letra/livrança objetivamente incompleta sem o cometimento, em certos termos, do seu preenchimento a outrem; sem que, concomitantemente, exista um acordo de preenchimento, seja ele escrito, meramente oral/informal ou porventura tão só implícito. Razão pela qual, para demonstrar o preenchimento abusivo, tem o seu subscritor que demonstrar (1.º) a existência de um acordo e (2.º) que o tomador/portador da letra/livrança, ao preenchê-la (ao completar o respetivo preenchimento), desrespeitou tal acordo. Assim, provando o subscritor duma letra/livrança em branco o pacto de preenchimento que gerou a sua subscrição/entrega e estar a mesma a ser utilizada fora do contexto de tal específico pacto de preenchimento, passa a ser o portador de tal letra/livrança, que a utilizou, que tem que demonstrar o pacto de preenchimento que legitima tal “nova” utilização - demonstração

essa que, em face do acordo de preenchimento provado pelo subscritor, não se pode ficar/fazer a partir da alegação/invocação dum acordo de preenchimento “implícito”.

### **Acórdão do Tribunal da Relação de Guimarães, de 12 de fevereiro de 2015**

#### **Direito especial à gerência – Deliberação**

A deliberação da sociedade comercial por quotas que atribui a um dos sócios “poderes especiais de gerência por um prazo de 10 anos”, abdica da livre destituibilidade prevista no artigo 257º, nº1, do CSC, na medida em que nos termos do nº3 desse dispositivo legal a destituição dum sócio com o direito especial à gerência só pode ocorrer em ação judicial adrede instaurada e fundamentada em justa causa. A vontade dos sócios objetivada nessa deliberação não foi tão só a de simples designação de gerentes, encerra também de forma clara a atribuição dum direito especial, ao aludir a “poderes especiais de gerência pelo prazo de 10 anos”. E “poderes especiais” e “direitos especiais” são expressões com o mesmo halo semântico.

A deliberação não definiu os concretos poderes especiais atribuídos ao autor na administração/gerência da sociedade, mas serão todos e quaisquer atos, fora a restrição estabelecida quanto à alienação de imóveis e os imperativamente atribuídos à competência dos sócios.

A vontade dos sócios expressa nessa deliberação foi a atribuição dum estatuto privilegiado a dois sócios, ainda que temporário,



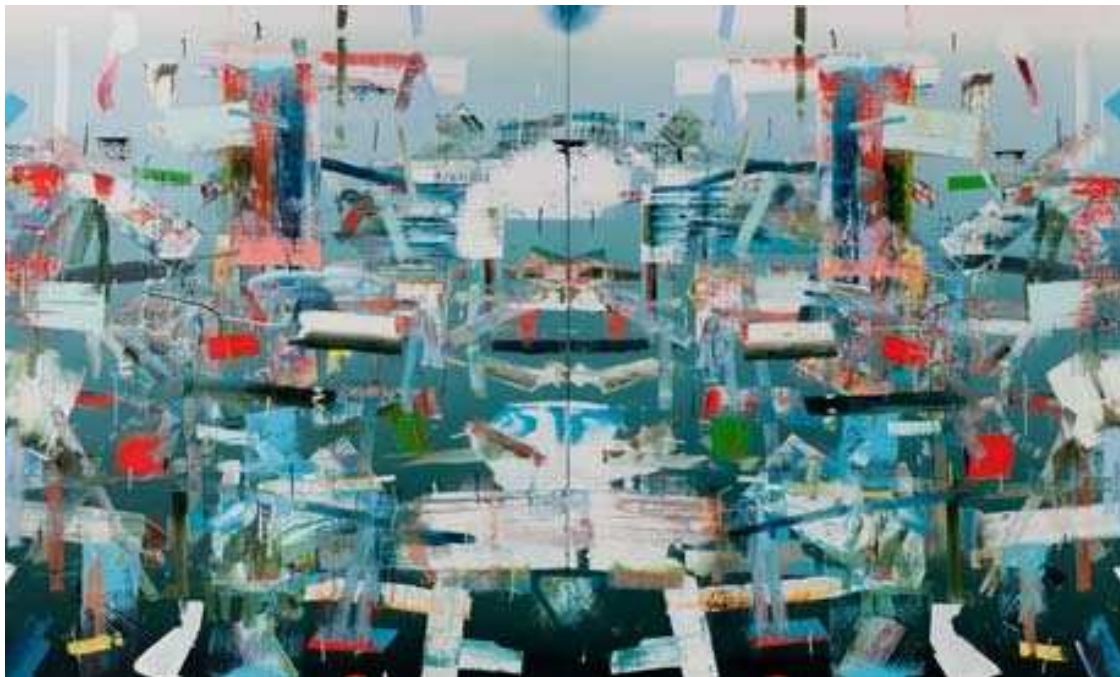
abdicando a sociedade do direito de os destituir livremente do exercício da gerência durante 10 anos.

## **UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA**

### **Acórdão de Uniformização de Jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, de 19 de fevereiro de 2015**

*«No crime de abuso de confiança contra a Segurança Social, previsto e punido pelos artigos 107.º, número 1, e 105.º, números 1 e 5, do Regime Geral das Infrações Tributárias (RGIT), o prazo de prescrição do procedimento criminal começa a contar-se no dia imediato ao termo do prazo legalmente estabelecido para a entrega das prestações contributivas devidas, conforme dispõe o artigo 5.º, número 2, do mesmo diploma».*





## **PRINCIPAIS NOVIDADES** **LEGISLATIVAS**

### **- FINANCEIRO -**

#### **Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro de 2015**

Transpõe parcialmente as Diretivas n.os 2011/61/UE e 2013/14/UE, procedendo à revisão do regime jurídico dos organismos de investimento coletivo e à alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e ao Código dos Valores Mobiliários.

### **- PROCESSO CIVIL -**

#### **Portaria n.º 46/2015, de 23 de fevereiro de 2015**

Primeira alteração da Portaria n.º 278/2013, de 26 de agosto, que regulamenta o processamento dos atos e os termos do processo de inventário nos cartórios notariais, no âmbito do regime Jurídico do Processo de Inventário aprovado pela Lei n.º 23/2013, de 5 de março.

### **- PENAL -**

#### **Resolução do Conselho de Ministros n.º 7-a/2015, de 20 de fevereiro de 2015**

Aprova a Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo.

CAMMP & Associados - Sociedade de Advogados, RL | [www.cammp.pt](http://www.cammp.pt)  
Avenida da República, n.º 24 - 9º, Lisboa  
Tel.: +351213170830 | Fax: +351213144877  
[advogados@cammp.pt](mailto:advogados@cammp.pt)

A Newsletter da CAMMP tem uma finalidade exclusivamente informativa, e não constitui uma forma de publicidade. A informação disponibilizada e os artigos aqui publicados não substituem, em caso algum, o aconselhamento jurídico para a resolução de casos concretos, não assumindo a CAMMP qualquer responsabilidade por danos que possam decorrer da utilização da informação aqui constante. O acesso ao conteúdo desta Newsletter não consubstancia a constituição de qualquer tipo de vínculo ou relação entre advogado e cliente ou a constituição de qualquer tipo de relação jurídica. A presente Newsletter é gratuita e a sua distribuição é de carácter reservado, encontrando-se vedada a sua reprodução ou circulação não expressamente autorizadas pela CAMMP.